



O POTENCIAL DA RENDA DE BILRO COMO UMA FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA CIDADE DE SAUBARA

Valdir Silva Da Conceição

Universidade Federal Da Bahia – Ufba
Aluno do mestrado acadêmico em Administração
valdirconceicao@gmail.com

Angela Machado Rocha

Universidade Federal Da Bahia – Ufba
Doutorado em energia e ambiente pela Universidade Federal da Bahia, Brasil(2013)
chefe do núcleo de propriedade intelectual da Universidade Federal da Bahia, Brasil
anmach@gmail.com

Marcelo Santana Silva

Instituto Federal Da Bahia - Ifba
Professor do Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação –
PROFNIT – Ponto Focal Instituto Federal da Bahia (IFBA)
marcelosilva@ifba.edu.br

RESUMO

O presente artigo busca entender a importância da renda de bilro para o desenvolvimento do município de Saubara. A pesquisa foi de caráter exploratório, em que se utilizou como referencial teórico a pesquisa bibliográfica, como o objetivo de conceituar as categorias da renda de bilro com o desenvolvimento local. O resultado obtido foi a verificação que o município tem uma forte vocação para a renda de bilro, apesar de que essa atividade não se constitui como a principal fonte de renda das moradoras, que preferem por necessidade financeira desempenhar o papel de marisqueira, deixando essa arte em segundo plano, o que caracteriza a atividade como uma ocupação, não uma profissão, o que se constitui como uma barreira para que a cidade tenha um pleno desenvolvimento baseado nessa arte. A pesquisa torna-se relevante pela importância de se reconhecer e difundir o artesanato como parte importante da cultura local e nacional, além de servir como um instrumento de desenvolvimento local.

Palavra-chave: Renda de bilro. Saubara. Desenvolvimento local

INTRODUÇÃO

O artesanato sempre esteve presente na história da humanidade. A atividade surgiu a milhares de anos atrás em decorrência da necessidade humana de produzir instrumentos,



ferramentas, adornos e vestimentas, a medida que ocorria a evolução humana e a necessidade de superar e vencer os desafios. Conforme Costa (2012, p. 7)

Os primeiros objetos artesanais datam do período neolítico (cerca de 6.000 a.C.), época em que os homens começavam a dar formas a matérias primas para satisfazer suas necessidades cotidianas, tecendo fibras de origem animal e vegetal, polindo pedras e fabricando objetos de cerâmica, por exemplo.

Na Idade Média ganhou importância, tornando-se a principal forma de produção manufatureira, entrando em decadência a partir da Revolução Industrial, com a fabricação de produtos de forma industrializada e em série.

O artesanato, assim como os saberes e os ofícios tradicionais são passados de geração em geração de forma oral e tem sido passado dos pais para os filhos, onde os jovens começam o aprendizado desde que são pequenos, algumas vezes começa a ter contato aos 7 anos de idade, a princípio como observadores da arte familiar e posteriormente tendo um contato mais próximo com essa arte aprendendo as técnicas ensinada pelos mais velhos, dominando essa técnica ainda na infância, gerando produtos que serão vendidos e de certa forma indo compor a renda da família.

Existem três tipos de renda: a renda de agulha feita com agulha e fio, onde o desenho feito sobre o papel surge das laçadas através de diferentes tipos de pontos, que podem variar de simples a complexos; a renda de bilro que será explicada mais abaixo e a renda industrializada que imita os pontos de renda de bilro e de agulha, sendo o mais difundido na atualidade.

A renda de bilro é uma das mais antigas manifestações da arte brasileira e teve início durante a colonização, sempre foram realizadas por mulheres que tinham algum tipo de ligação com o mar, quer seja na condição de esposa de pescadores ou na condição de marisqueira, pois o ofício de rendeira ocorre mais especificamente na região litorânea ou ribeirinha e adjacências. Ela é quase sempre feita por mulheres de condição humilde que utilizam das suas habilidades, criatividade e destrezas na confecção da renda. Os trabalhos manuais faziam parte da formação feminina, por ser necessária para as mulheres desenvolverem a sua relação artístico-doméstica. (BRUSSI, 2009).



Nesse período, as mulheres portuguesas deixavam a sua terra natal em busca de uma vida melhor no novo continente, trazendo consigo uma herança cultural acumulada de séculos de trabalho, para manter viva a sua cultura de origem. A sua procedência era da região litorânea de Portugal onde tradicionalmente os homens viviam da pesca e as mulheres utilizavam essa arte como um passatempo na espera dos seus maridos que ficavam um bom tempo no mar.

O artesanato de renda é mais forte nos estados nordestinos que possui cidades com potencial turístico, na região sul em Santa Catarina (trazidas pelos imigrantes açorianos) e na região sudeste destaca-se o Rio de Janeiro (litoral e interior).

A Bahia é o quinto maior estado brasileiro em extensão com 564.692,67 km², possui a maior extensão costeira de linha de costa do país, sentido Norte-Sul, com 1.183 km. A renda de bilro está presente em vários municípios como Dias Dávila, Esplanada, Feira de Santana, Lençóis, Mangue Seco, Remanso, Uibaí, Recôncavo Baiano (Nazaré, Salinas das Margaridas, Santo Antonio de Jesus, São Francisco do Conde e Saubara), Salvador (Ilha de Maré) etc.

A cidade de Saubara, que faz parte do Recôncavo Baiano, ficando próxima a foz do Rio Paraguaçu e no interior da Baía de Todos os Santos. Ela tem ganhado destaque como um produtor de artesanato do tipo renda de bilro, que é a principal atividade artesanal da comunidade e um dos polos mais tradicionais da produção de renda, abastecendo o mercado nacional e exportando para países da Europa como Itália e Portugal. A cidade é conhecida devido a essa arte que é a que lhe representa em todo o mundo.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica objetivando verificar a potencialidade da renda de bilro e a vocação do município para esse tipo de artesanato. As rendeiras tem um papel importante na disseminação dessa arte, além de ter o poder de contribuir para alavancar o turismo na região.

ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE SAUBARA

A Associação de Artesãos de Saubara, que é denominada pela população local como “Casa das Rendeiras” é uma instituição civil de “direito privado, dotada de personalidade



jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa” (GOMES, 2015, p. 1), criada em 31 de agosto de 1999, sendo inicialmente composta por 45 rendeiras, cujo objetivo era comercializar produtos relacionados a renda de bilro e ao trançado de palhas dos associados. Entre os seus objetivos encontra-se fazer a ligação entre os produtores, à sociedade consumidora e os entes públicos, sendo um estimulador e divulgador da atividade, além de servir como um gerador do resgate cultural dessa atividade, auxiliar à integração, desenvolver a comunidade e também capacitar a mão de obra. Atualmente é composta por 100 associados, sendo 75 rendeiras e 25 trançadeiras. O seu estatuto cita como finalidade aprimorar, proteger e divulgar o artesanato de forma que possa gerar melhoria na qualidade de vida da população, além da comercialização da produção das artesãs associadas. Possui sede própria desde 1992, que foi doada pela Paróquia São Quirino.

A associação já foi premiada duas vezes no Top 100 de Artesanato, que é considerado uma das grandes honrarias desse segmento econômico, sendo a primeira vez em 2004 e a segunda vez em 2016. Os agraciados recebem um selo de qualidade para os seus produtos, tornando-o competitivo e também serve como difusor do ofício de rendeira, engrandecendo a mulher rendeira e difundindo a cultura.

A obtenção de recursos foi proveniente das vendas realizadas em feiras de Salvador, na Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Serviço Social da Indústria (SESI), no antigo Instituto Mauá e no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e serve para estímulo do crescimento da economia local e o seu desenvolvimento, como complemento da renda, que normalmente é utilizada para comprar alimentos e insumos para a produção do artesanato.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Desenvolvimento Local (DL) diz respeito à implementação de ações em um determinado local com o objetivo de permitir que o cidadão tenha uma vida digna, tenha acesso aos seus direitos civis, à educação de qualidade e a oportunidade de trabalhar e gerar



renda, tudo isso conseguido e planejado para ocorrer no longo prazo, através de um processo de melhoria contínua da qualidade de vida dos residentes em um determinado território.

O DL é uma ideia complexa e que ao longo do tempo tem sido modificada devido a sua complexidade. Segundo Buarque (1999, p. 9):

Desenvolvimento Local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

A abrangência do DL é sobre os seguintes aspectos: cultural (preservação do saber-fazer), econômico (aumento da renda e da riqueza e dignificação do trabalho) e socioambiental (preocupação com as gerações futuras de forma que a interferência no ambiente não comprometa as gerações futuras, além de ações conjuntas com os atores e esferas do poder que contribuem para o DL), fortalecendo a sociedade civil, empoderando os grupos que ficam a margem das esferas de tomada de decisão, mobiliza os recursos e as competências, reforça a cidadania, a cooperação e a solidariedade local, promove a inclusão social e a interação entre os cidadãos em torno de um projeto coletivo, além de ser uma ferramenta utilizada pelos entes públicos, por meio de políticas públicas, como um meio importante para combater a pobreza e as desigualdades sociais (SANTOS, MACHADO, COLVERO, 2017). As ações desenvolvidas normalmente estão associadas às iniciativas de cunho inovativo, que faz aflorar a potencialidade do território e que permitem uma vantagem competitiva em relação aos seus potenciais concorrentes

As principais dimensões do DL proposta por DOWBOR em 2002 são: a inclusão social; o fortalecimento e a diversificação da economia local; a inovação na gestão pública; a proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais e a mobilização social (SANTOS, MACHADO, COLVERO, 2017).

ARTESANATO



Conforme o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) através da Minuta da Portaria de consulta popular, art. 3º o artesanato é definido como:

Toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, por meio do domínio integral de processos e técnicas de produção com predominância manual, que expresse criatividade, habilidade, qualidade e identidade cultural.

Segundo BARROS, COSTA e SALDANHA (2006, p. 3) “o artesanato se caracteriza como uma grande e importante rede de geração de emprego e renda, sendo ainda um dos principais elementos de conservação e tradição da cultura regional e do desenvolvimento turístico de uma região”.

A atividade artesanal é uma arte primitiva e ocorreu devido à necessidade da divisão do trabalho na confecção de bens e utensílios que serviam para o dia a dia do povo, para a caça e a pesca, para a defesa das intempéries e do ataque dos animais e para guerrear. As mulheres nessa época cuidavam dos trabalhos domésticos, do plantio e do artesanato, que eram consideradas atividades inferiores, enquanto que os homens eram caçadores. Com a industrialização no Ocidente, o ofício de artesão perde espaço e passa a ser feita apenas nas regiões periféricas e que não possuem muito acesso aos produtos industrializados e também como um meio de passatempo das famílias.

No Brasil a sua origem remonta aos habitantes indígenas que faziam a sua arte sem um objetivo comercial, apenas para uso das suas necessidades, sendo que posteriormente ocorreu uma adaptação e inclusão de novas modalidades gerada pela imigração natural ou forçada de outros povos como os escravos africanos, os colonizadores portugueses e os imigrantes de outros países (LEAHY, 2012, p. 64). A desvalorização dessa arte começou nos anos 50 do século passado com a industrialização do País, com a criação individual das pessoas sendo substituída pela produção industrial. Uma das formas de revitalização e valorização do artesanato é através de políticas públicas voltadas para esse segmento visando às dimensões econômicas e sociais, além de rentabilizar essa atividade de forma a agregar valor aos produtos, reduzindo dessa forma o risco de extinção da atividade.

É uma forma de mostrar a riqueza, a materialidade, a territorialidade, a diversidade, a identidade e a tradição cultural do local. No Brasil, o artesanato está presente em todas as



regiões brasileiras, o que o torna peculiar. É um dos mais ricos e abundantes de variedade no mundo, porque foram influenciados pelos índios, pelos negros e pelos imigrantes de diversas nacionalidades que se fixaram no país, sendo essa condição uma marca da sua ocupação econômica e social. Na influência das etnias que contribuíram para a formação do povo brasileiro, pode ser destacado o seguinte: dos habitantes naturais, o índio, a herança foi no trabalho com barro, corda e palha; dos povos africanos escravizados a herança foi a cerâmica rústica e dos colonizadores portugueses foi a renda. Além da etnia, os aspectos geográficos, climáticos e técnicos também influenciam na diversidade cultural brasileira.

No período colonial, o artesanato era praticado pelo povo escravizado como uma forma de sobrevivência, de preservação do saber-fazer e por se tratar de um trabalho que era considerado humilhante e degradante perante a sociedade da época, pois, o trabalho intelectual era atribuído apenas aos colonizadores e homens livres. Nos dias atuais a atividade ainda é marginalizada pela sociedade, sendo realizada por pessoas de baixa renda, porém, o artesanato representa uma cultura popular e a identidade de um povo, representando um valor econômico e possui conteúdo criativo, estando presente em diversos setores como a culinária, manifestação religiosa, vestuário etc (RAMOS, BENEVIDES, 2016).

A atividade artesanal movimentava anualmente 50 bilhões na economia brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 10 milhões de brasileiros vivem do artesanato e está presente em 78,6% dos municípios brasileiros (IBGE, 2017).

A qualidade e as características do artesanato dependem da habilidade do artesão. As atividades artesanais normalmente são desenvolvidas no seio familiar ou comunitária com as suas características peculiares e são situadas em regiões mais pobres, apresentando uma variedade de expressões e uma gama imensa de matérias-primas disponíveis, além de ter um potencial estratégico para manutenção e geração de emprego (LEMONS, 2011). Conforme Soares e Fischer (2012, p. 3):

O artesanato qualificado associa-se à “maestria” do saber e fazer artesanal, o qual pode ser entendido como um campo disciplinado pela própria estrutura do saber e com ritos de passagem que garantem a sua permanência e renovação. Os mestres possuem os saberes que



garantem qualidade ao produto, dotado simbolicamente dos atributos locais que agregam valor ao seu ofício.

Ela é uma fonte de trabalho e renda das pessoas que vivem da arte em cidades de qualquer porte e que são impulsionadas a viverem e trabalharem no setor informal da economia, sem um reconhecimento digno da profissão e sem a integração das políticas públicas de todas as esferas, quer seja federal, estadual ou municipal, que são fundamentais para o reconhecimento e a valorização das vocações produtivas e para assegurar a melhoria nas condições de vida da população assistida e ferramentas para o desenvolvimento da atividade, contribuindo para que esse setor seja refém do atravessador que paga valores irrisórios e vende o produto gerado com um ganho elevado na sua comercialização final, retirando dessa forma do executor e criador do artesanato o controle total do objeto fruto do seu trabalho.

RENDA DE BILRO

O PAB faz separação do artesanato de acordo com as técnicas de produção e definem a renda e o bilro conforme abaixo:

Renda é:

Uma técnica artesanal que consiste em entrelaçar ou recortar fios de algodão, linho, ouro, prata e seda, formando desenhos variados, geralmente de aspectos transparente ou vazado. A renda nasce e se desenvolve do fio que é conduzido por agulhas, trançado por bilros ou formado por nós. Nela, os motivos do desenho são feitos à medida que o artesão produz o fundo que estrutura o serviço.

Ainda de acordo com o PAB bilro é uma:

Técnica de produzir renda utilizando linhas de algodão e tendo como base um padrão feito de papelão picado, também chamado de “pique”, afixado numa almofada cilíndrica por meio de alfinetes ou espinho e que são trançadas pela troca de posição dos bilros. Os bilros são pequenas peças de madeira (13 a 15 cm), que tem a função de tramar os fios da renda (podem ser todo de madeira ou com a esfera de coco). Cada renda vai demandar uma quantidade diferente de bilros, que são trabalhados simultaneamente.



Segundo Ramos (1948) apud Leahy (2012, p. 74) a renda pode ser encontrada no período neolítico, e também entre os egípcios (copta), árabes (macramé) e romanos (togas franjadas) de acordo com as referências citadas por Lefébure (1887) e Palliser (1892).

A renda de bilro era muito difundida na Europa. “Acreditam os etnólogos que foi na Itália que surgiu inicialmente a técnica de renda de bilros, e foi repassada para vários países da Europa”. Essa crença é baseada em um documento de partilha de duas irmãs, feito na cidade de Milão, com data de 1493. (CORIOLANO, 2007, p. 264 apud ARAÚJO, 2015, p. 53). Flandres e Itália disputam a origem da renda, sendo que Flandres foi o maior centro produtor de renda de bilro desde o Renascimento e é considerada como um local clássico dessa arte, tendo como registro um quadro de Quentin Metsys de 1495 em que mostra uma jovem trançando fios em uma almofada, porém a autoria desse quadro é questionada. Essa região era o centro da renda de bilro da Europa nos séculos XVII e XVIII. Veneza foi um centro produtor de rendas a partir do século XVI. Alguns historiadores acreditam que essa técnica é derivada do bordado, surgida como uma alternativa a monotonia e que essa transição ocorreu no final do século XV. (RAMOS, 1948, apud LEAHY, 2012, p. 75).

Em Portugal a renda de bilro foi influenciada pelos países circunvizinhos como a França, Itália e Bélgica, além dos mouros e do oriente e o tema das rendas estavam mais voltados para o cunho religioso, principalmente por conta das viagens do ciclo do descobrimento, sendo o seu auge os séculos XVI e XVII. No Brasil, acredita-se que as rendas de bilro foram trazidas pelas mulheres dos colonizadores, que tinham essa arte como uma prenda, atributo tradicionalmente feminino. Essa renda inicialmente era utilizada em Igrejas ou como artigo de vestimenta das famílias mais abastadas (LEAHY, 2012, p. 81/84).

Os nomes encontrados no Brasil são renda de bilro, renda de almofada, renda da terra, renda do norte, renda do Ceará.

Os materiais utilizados para a confecção da renda variam de cidade e de país conforme a cultura local. Dependendo da região, as variantes dos modelos das almofadas são as seguintes: almofada de cavalete, a cilíndrica, a conservatória e a de rebole ou redonda. Em Saubara, as almofadas utilizadas são cilíndricas e possuem dimensões variando de 40 cm a 70 cm de comprimento, podendo chegar a 1 m como já foi no passado. Essa variação no



comprimento determina o tamanho da renda a ser fabricada e a quantidade de pessoas que vão trabalhar de forma simultânea. O preenchimento da almofada pode ser de palha de milho desfiada, algodão bem socado, palhas de bananeiras ou espuma, sendo que em Saubara o enchimento da almofada é feito com folha de bananeira e para ter uma estabilização colocam-se pedras no interior da almofada. O saco utilizado para comportar o enchimento é o de cebola, que é costurado com cordão grosso e o pano para cobertura é o de chita, que permite ser retirado para lavar. O suporte das almofadas é feito por caixotes confeccionados pelos homens da cidade. Os bilros também são feitos pelos homens da região, sendo utilizada a paparaíba para fazer a canela, por ser uma madeira mole, e para a cabeça sementes de buri. (LEAHY, 2012, p. 93).

SAUBARA

A sua história remonta a um tempo anterior a colonização portuguesa, pois era habitada pelos índios Tupis, e o seu nome deriva da formiga “saúva” que era abundante no local e teve como nome “*Sauvara*” que significa terra dos comedores de formiga, e quando foi colonizada pelos espanhóis teve a variação do nome para Saubara. Segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural o povoado surgiu por volta de 1550, sendo um dos primeiros aglomerados de Santo Amaro. A freguesia de São Domingos de Saubara foi constituída a partir da construção da Igreja dedicada a São Domingos de Gusmão, construída pelos moradores da Ponta de Saubara – região a beira-mar fundada pelo fidalgo português Braz Fragoso em 1685 – para que os protegessem em alto mar, servindo também de quartel general nas lutas pela Independência na Bahia, onde da parte alta poderia ser observada os invasores portugueses.

É uma das mais antigas aglomerações urbanas do Recôncavo Baiano, na Baía de Todos os Santos, formada no século XVI com a colonização portuguesa, local litorâneo, com o clima úmido e uma paisagem diversificada contendo praias, rios, mangue, falésia, cascata, tendo sido criado distrito subordinado a Santo Amaro pela Lei Provincial nº 1.619 de 04/07/1876, foi elevada a vila em 1955 e foi emancipada de Santo Amaro em 1989 pela Lei 5.009. (JESUS, PROST, 2011, p. 124/127).



Dista 20 km de Santo Amaro, 94 km de Salvador pela via terrestre e 20 km pela via náutica, é formado pelos distritos Saubara (sede), Bom Jesus dos Pobres, Cabuçu e Araripe, possui 12 km de praias com águas mornas piscinas naturais, tendo como principais atividades econômicas a pesca, a agricultura, o turismo e o artesanato, sendo que a transmissão do conhecimento das técnicas de fabricação de rendas de bilro é passada de geração a geração através de filhos e netos. A população estimada pelo IBGE para 2017 é de 12.380 pessoas, sendo 51,1% do sexo feminino e 48,9% do sexo masculino. O maior grupo de idade é formado por pessoas de 25 a 39 anos com 24,6%.

As principais fontes de renda da população são a pesca artesanal, que é uma ação de domínio masculino, e a mariscagem, que é uma atividade milenar e de baixo impacto ambiental, feita em sua maioria pelas mulheres e pelas crianças e se constitui na principal ocupação das rendeiras, que utilizam o marisco tanto para o consumo como para comercialização, principalmente para os veranistas de Cabuçu e de Bom Jesus dos Pobres, sendo que a renda de bilro serve para suprir ou complementar a renda financeira ou então como uma atividade de recreação. Segundo Maria do Carmo Amorim, conhecida como Maria Rendeira, às mulheres pela manhã são marisqueiras e a tarde quem não é da renda é da palha. As rendeiras fazem parte do patrimônio material e imaterial de Saubara, famosa pelas mãos habilidosas na confecção das rendas de bilro e na captura do marisco, sendo que essa arte vem se espalhando pelo mundo e ganhando fama em mais de 20 países. (SILVA, 2017, p. 108).

RESULTADOS

A produção artesanal do município de Saubara é a renda de bilro e o trançado de palhas, porém, a cidade é mais conhecida pela primeira arte, tendo maior significância para a população local. A sua origem no Brasil foi a partir da colonização, passando de geração a geração e se constituindo em uma tradição familiar, onde as habilidades e as técnicas são aprendidas pelos ancestrais e passada para as gerações futuras, como ocorre nos dias atuais.

Segundo Silva (2017) a rendeira Maria Rendeira quando entrevistada falou o seguinte sobre a renda de bilro:



A renda de Saubara é uma renda que você não encontra em lugar nenhum. Tem outros lugares, nos outros estados aqui do Brasil tem renda de bilro, mas é totalmente diferente da nossa [...] Eu sinto que a renda de Saubara é diferenciada, tanto no modo de fazer como no trançado, e também na matéria prima, nós temos tudo diferenciado. (SILVA, 2017, p. 155).

O artesanato possui grande representatividade para o município, sendo comercializada para os turistas que frequentam a região e o material já foi exportado para Portugal, Espanha e Itália por meio das Irmãs Carmelitas, porém, a arte é feita como um hobby e complemento de renda e não como um trabalho e principal ocupação das rendeiras. O DL vai servir como propulsor da transformação social, visando valorizar o patrimônio cultural, histórico e social da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A renda de bilro é um tipo de artesanato característico do município de Saubara e executado pelas marisqueiras na associação e no horário contrário a da maré e essa arte contribui para o complemento da renda das famílias, o que de certa forma impulsiona a economia do município.

Ela representa uma manifestação cultural, tornando-se potencialmente um instrumento de Desenvolvimento Local, além de ser um indicador da identidade do seu povo, porém, há necessidade de políticas públicas para fomentar, estimular, incentivar e valorizar essa arte, o que contribui para gerar riqueza, aumentar a renda e perpetuar o saber-fazer, o que vai potencializar o território e impulsionar o Desenvolvimento Local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Instrução Normativa n. 25, 21 de agosto de 2013. Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in_25_21_de_agosto_de_2013.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.



BRASIL. Lei nº 9.279, 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Portaria SCS/MDIC nº 29, 05 de outubro de 2010. Estabelece a base conceitual do artesanato brasileiro para padronizar e estabelecer os parâmetros de atuação do Programa de Artesanato Brasileiro – PAB em todo o território nacional. Secretaria de Comércio e Serviços. MDIC. Diário Oficial da União, n. 192, seção 1, 06 de out. 2010. Disponível em:

<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=221568>>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRUSSI, Julia Dias Escobar. **Da “renda roubada” à renda exportada:** a produção e a comercialização da renda de bilros em dois contextos cearenses. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Brasília. Brasília, 2009. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18559/1/2009_JuliaDiasEscobarBrussi.pdf>.

Acesso em: 14 set. 2018.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** IICA Brasil, 1999. Disponível em:

<<https://georgenunes.files.wordpress.com/2015/04/metodologia-de-planejamento-do-desenvolvimento-local-e-municipal-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

COSTA, Leila Miguelina Aparecida. **O artesanato como forma de manifestação cultural e complementação de renda:** um estudo de caso da Associação Comunitária do Bairro do Lambari. 2012. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos). CELACC/ECA - Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/414-1166-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

GOMES, Adryelle. **A imunidade e a isenção de impostos às Entidades Sem Fins Lucrativos.** Disponível em: <<https://adryellegomes.jusbrasil.com.br/artigos/294191011/a-imunidade-e-a-isencao-de-impostos-as-entidades-sem-fins-lucrativos>>. Acesso em: 14 set. 2018.

JESUS, Rosenaide Santos; PROST, Catherine. **Importância da atividade artesanal de mariscagem para as populações nos municípios de Madre de Deus e Saubara, Bahia.**

GEOSUP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 30, p. 123-137, 2011. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/viewFile/74236/77879>>. Acesso em: 14 set. 2018.

LEAHY, Renata Costa. **Flor da Maré:** a (re)configuração da renda de bilros por Márcia Ganem. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador, 2012. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Disponível em:

<http://www.poscultura.ufba.br/sites/poscultura.ufba.br/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o_2012%20Renata%20Leahy.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.



LEMOS, Maria Edny Silva. **O artesanato como alternativa de trabalho e renda.**

Dissertação (Mestrado Avaliação de Políticas Públicas). Fortaleza, 2011. Universidade Federal do Ceará - UFC. Disponível em:

<<http://www.mapp.ufc.br/images/disserta%C3%B5es/2011/MARIA-EDNY-SILVA-LEMOS.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA. **Diário Oficial do Município.** Disponível em:

<<http://www.saubara.ba.gov.br/diarioOficial/download/731/818/0>>. Acesso em: 14 set. 2018.

RAMOS, Nara assunção; BENEVIDES, Tânia Moura. **Uma análise do potencial do artesanato como ferramenta para o desenvolvimento local no município de Cachoeira.**

Disponível em: <[http://www.seer-](http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/953/734)

[adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/953/734](http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/953/734)>. Acesso em: 14 set. 2018.

SILVA, Daniela Barros Pontes e. **Educação, resistências e tradição oral:** a transmissão de saberes pela oralidade de matriz africana nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais. 2017. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24411/1/2017_DanielaBarrosPonteseSilva.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

SANTOS, Amanda Basílio; MACHADO, Juliana Porto; COLVERO, Ronaldo Bernardino.

Interdisciplinaridade nas ciências humanas: caminhos da pesquisa contemporânea.

Jaguarão: Editora CLAEC, 2017, p. 2888.

SOARES, Rodrigo Maurício Freire; FISCHER, Tânia Maria Diedrichs. “Aqui Aprendeu da Mãe que Aprendeu da Mãe”: memórias e significados do artesanato no Território do Sisal/Ba. In.: ENCONTRO ANPAD, 36., Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eor1807.pdf>>. Acesso em 14 set. 2018.